



Handwritten signatures in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 24/21-25 SESSÃO ORDINÁRIA 2024/06/28

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, no edifício Valadares, Teatro Municipal de Caminha, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H02M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 11º, e n.º 1, do artigo 15º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Cláudia Pereira Fernandes, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Christine Ferreira Pereira.
- José Valdemar Ferreira Vieira, eleito pelo Partido Social Democrata, foi substituído por Severino Manuel Gomes de Sousa.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, Coligação "O Concelho em Primeiro", Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 35 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Abertura da Sessão e Informações da Mesa.

2º - Período de Intervenção do Público.

3º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

4º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

- b) – Apreciação, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 19 de abril de 2024;
- c) – Apreciação e discussão do Relatório da Oposição relativo ao ano 2023;
- d) – Apreciação, discussão e votação da Criação da Eurocidade da Foz do Minho;
- e) – Apreciação, discussão e votação do Regulamento Taxa Municipal Turística;
- f) – Apreciação, discussão e votação da Nomeação de Auditor Externo para Certificação de Contas;
- g) – Apreciação, discussão e votação da Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimento para inscrição de rubrica e inclusão dos projetos de requalificação dos Centros de Saúde de Caminha e Vila Praia de Âncora;
- h) – Apreciação, discussão e votação da Alteração ao Orçamento para Inscrição de Rubrica – Assembleia Municipal – Ajudas de Custo;
- i) – Apreciação, discussão e votação da Retificação da Deliberação da Proposta N.º 4), da Reunião de Câmara, de 20 de setembro de 2023, sobre a não Transferência de Competências para as Freguesias ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril, na sua redação atual;
- j) – Apreciação, discussão e votação da Alteração do Representante da Associação de Estudantes no Conselho Municipal de Educação do Concelho de Caminha para o mandato 2024 a 2025.

Em virtude de as reuniões desta Assembleia Municipal serem gravadas, com o registo áudio colocado junto das atas no sítio institucional na internet, e tendo-se em consideração o facto de que, de acordo com o previsto no artigo 3º, nº 1, alínea a), ponto i), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, considera-se como 'Documento administrativo' «qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que esteja na posse ou seja detida em nome dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a: i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos».



Assembleia Municipal de Caminha

1.º - INFORMAÇÕES DA MESA

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, deu conhecimento, que se realizou a primeira Assembleia Municipal Jovem em Vila Praia de Âncora, no dia 06 de junho de 2024.

Informou também que o impacto ambiental pelo consumo de papel nesta Assembleia Municipal corresponde a um desperdício de 10000 litros de água que equivale ao consumo mensal de uma família portuguesa de 4 pessoas (para reflexão). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e questionou a mesa acerca dos tempos de intervenção para cada grupo político, uma vez, que na última Assembleia Municipal a mesa entendeu que cada grupo político só dispunha de 5 minutos para se pronunciar sobre a informação do Presidente da Câmara. Mas, o Regimento refere na sua alínea b) do n.º8, do art.º 38, que passou a citar “cada intervenção dos grupos municipais é seguida de resposta do Presidente da Câmara, ou dos Vereadores ou técnico municipal por ele designados, com a duração máxima de 5 minutos ou do tempo definido na grelha de tempos, em anexo, se optar por responder a todas as intervenções”, e no n.º10, do mesmo artigo, diz que “os tempos de intervenção dos membros da Assembleia tem a duração de 5 minutos, ou os tempos que forem definidos pela grelha de tempos”, ora, isto quer dizer que o Regimento nestas 2 normas prevê 2 situações; que cada grupo municipal decida usar o tempo da grelha de 11 minutos, para fazer observações as informações escritas do Senhor Presidente da Câmara, ou se vai permitir que cada membro do grupo utilize 5 minutos, concedendo também ao Senhor Presidente se assim o entender o tempo de 5 minutos para responder individualmente a cada membro, ou, o tempo da grelha de 15 minutos para responder a todos os membros, logo, pede ao Senhor Presidente da Mesa, para que deixe claro, se vai seguir o Regimento...) -----

Disse ainda que na alínea c) do n.º 1, do art.º 40, do Regimento, o Senhor Presidente da Câmara deve fazer a apresentação dos documentos submetidos pela Câmara Municipal, o que vai permitir fazer pedidos de esclarecimento que entenderem e, só depois vai haver as inscrições para se fazer a intervenção política que cada um



Assembleia Municipal de Caminha

entender, sendo que o Presidente da Câmara terá que se inscrever nas mesmas condições para fazer a intervenção. **(áudio 05.45 e 08.57 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, disse que, tendo em conta o entendimento do Senhor Deputado quanto ao artigo 40º do Regimento, suspende os trabalhos e pede aos representantes dos grupos municipais que se reúnam, no máximo, em 10 minutos para esclarecer esta matéria. **(áudio 15.16 e 15.39 minutos da gravação).** -----

Logo após o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, disse que ficou decidido que vão manter os tempos de 5 minutos, e irão pedir um parecer à CCDRN no que diz respeito ao período da ordem do dia. E, o Senhor Presidente da Câmara, de acordo o art.º 40 do Regimento, vai apresentar os documentos se assim o entender que o deve fazer. **(áudio 55.13 e 55.30 minutos da gravação).** -----

2.º- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste ponto, inscreveu-se e usou da palavra o **Senhor Vítor Videira**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e falou sobre a resolução da sinalética e estacionamento na Rua do Rego em Vila Praia de Âncora, em prol de um só morador, para o qual o Município de Caminha não tem qualquer interesse em retificar o que está ilegal. **(áudio 57.07 e 1.06.42 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Pedro Barros Martins**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse que ao longo do tempo é possível constatar que o Concelho sofre de vários problemas: um elevado índice de envelhecimento, um défice de pessoas que saem para trabalhar/estudar para fora todos os dias, uma não industrialização que não capta o talento e o retenha, talento esse que existe no Concelho, ora, tem que se diversificar a estratégia e não apostar somente no turismo.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda que as forças políticas do Concelho devem criar pontes entre elas para construir um futuro conjunto, e não se prenderem em política conjuntural e do dia a dia unicamente, há que tratar das questões de fundo, criar condições políticas para que os jovens se revejam no modo em como a política é feita, e não na discussão inconsequente sobre quem fez menos do que quem. **(áudio 1.07.37 e 1.16.13 minutos da gravação).** -----

A **Senhora Carla Silva**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e falou sobre a reposição da legalidade referente aos pilaretes em frente à sua habitação e sobre o abaixo-assinado apresentado, referente ao estacionamento existente na Rua do Rego em Vila Praia de Âncora. **(áudio 1.17.08 e 1.23.30 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse sobre as intervenções do Senhor Videira e D. Carla que não é por acaso que a OCP anda a dizer que é preciso um Regulamento Municipal de Trânsito, logo, as questões pessoais que ali foram trazidas eram absolutamente desnecessárias, se a Câmara tivesse seguido a proposta da OCP...) -- Quanto à intervenção do Senhor Pedro, disse que subscreve a sua energia e juventude, já tem ali dito que as forças políticas dos municípios, independentemente de serem distintas, têm que estar unidas nos objetivos comuns. Mas, nunca deve confundir burocracia com exercício de direitos e não deve deixar de exercer os seus, como hoje o fez ali, por isso, dá-lhe os parabéns. **(áudio 1.25.06 e 1.28.26 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse que há competências que são próprias deste órgão da Assembleia Municipal de Caminha e há competências que são próprias da Câmara Municipal de Caminha e, relativamente às intervenções do Senhor Videira e da Carla Silva, referiu que aquilo que lhes cabe ver com a postura de trânsito, tratando-se de uma competência que deveria ter passado por ali, e como foi levantada a questão da legalidade ou não legalidade, no que diz respeito a isso, aquilo que irá fazer de imediato é solicitar através do Presidente da Mesa da Assembleia, que lhes faça chegar o registo de passagem



Assembleia Municipal de Caminha

dessa alteração, na rua do Rego, para aferirem se realmente se trata de uma colocação legal ou ilegal.

Relativamente à questão da intervenção do Pedro Martins, disse que é preciso ter algum tento quando se fala "*quem não se sente não é de boa gente*" e o desafio ali lançado de façam política séria, é algo que os ofende, porque, nunca fizeram outra coisa que não fosse política séria e, tudo têm feito ao longo dos anos, exatamente para melhorar a condição de vida das pessoas.-----

Disse ainda que estão a comemorar os 50 anos do 25 de Abril, e essa invocação de que se vive parado há 50 anos, quase que legitima 48 anos de ditadura, 48 anos de estagnação, contudo, basta olhar para o que tem crescido no Concelho e no país, ao nível da educação, ao nível da saúde, ao nível do saneamento básico, da disponibilidade de água, de eletricidade de redes e das redes viárias, no entanto, não deixa de ser importante e interessante que haja intervenções daqueles que são do nosso território. (áudio 1.28.44 e 1.32.02 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse quanto à intervenção da Senhora Carla e Senhor Videira, já foi comentado pelos seus antecessores. Quanto à intervenção do Pedro, deu-lhe os parabéns pela excelente intervenção que fez, porque é importante que os jovens levem ali ideias e planos, mas, planos também Partido Socialista os tem e, está sempre aberto a estratégias a longo prazo. (áudio 1.32.09 e 1.33.18 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse que das duas intervenções referentes à Rua do Rego, não se vai pronunciar, na medida que lhe parece uma questão técnica e a Câmara Municipal terá todo o interesse resolver o problema.

Relativamente à intervenção do Pedro, disse que é sempre interessante ouvir uma intervenção deste género, no entanto, partilha da opinião do Senhor Deputado da CDU, quando refere que não o representam ali, no entanto, julga que a Assembleia Municipal de Caminha já tem uma certa representatividade ideológica, e, todos estão ali para fazer aquilo que podem e sabem. Mas, é sempre bom haver novas ideias, e o Bloco de Esquerda, nesse aspeto, tem tido uma posição que vai muito ao encontro da



Assembleia Municipal de Caminha

Juventude, e concorda com aquilo que ali foi dito pelo Pedro, ao qual agradece a sua presença. (áudio 1.33.29 e 1.37.08 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse relativamente à intervenção da Senhora Carla e Senhor Videira que subscreve aquilo que o Senhor Deputado Jorge Nande ali referiu.

Relativamente à intervenção do Senhor Pedro Martins, deu-lhe os parabéns pela frontalidade e pela coragem em ir ali dizer aquilo que vai ao encontro daquilo que a OCP tem alertado muitas vezes no que toca a questão da sazonalidade do turismo, como por exemplo foi referido, aquando da apreciação política do Relatório de Contas do Município de Caminha, em que não há estratégias para manter o turismo, porque é importante, mas, acima de tudo, também é importante atrair os jovens e atrair empresas, logo, a OCP está alinhado com a visão que ali referiu. (áudio 1.37.17 e 1.39.32 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse relativamente à intervenção da Senhora Carla e Senhor Videira que subscreve aquilo que o Senhor Deputado Jorge Nande ali referiu.

Relativamente à intervenção do Senhor Pedro Martins, disse que compreende todas as desilusões com aquilo que se passa no Concelho de Caminha, porque ali não se discute o que se faz, discute-se, o que se faz devagarinho, como por exemplo, a questão das intempéries, das candidaturas que se perdem na Zona Industrial de Âncora. (áudio 1.39.55 e 1.40.43 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse quanto à intervenção do Senhor Pedro que teve ali uma visão sobre o Concelho que não partilha.

Disse ainda, que faz das suas palavras as palavras do Senhor Deputados Celestino, sobre os 50 anos que precederam o 25 de Abril, quando referiu que estes 50 anos foram de marasmo da democracia, isso não é verdade, e Caminha, o seu Concelho cresceu muito, como o Distrito, basta ver números, como por exemplo, ao não falar ali



Assembleia Municipal de Caminha

que se tem o poder de compra per capita mais elevado do Distrito, que se tem o crescimento dos efetivos mais elevados do Distrito, porque quando se olha para o desenvolvimento, tem que se olhar de forma muita mais abrangente, porque esta é uma questão que é bastante complexa. E, todos os executivos que tiveram até hoje na democracia, tiveram por desígnio desenvolver o Concelho, mas, se perguntar, se ainda há muito caminho para fazer? isso é verdade! No entanto, deve-se ser otimista e justo, porque o Concelho de Caminha não está no marasmo. (áudio 1.40.58 e 1.43.32 minutos da gravação). -----

3.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, fez uma interpelação à mesa, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que esta interpelação vem no seguimento do n.º4, do art.º 52 do Regimento que refere “qualquer deputado que se ausente durante as votações não pode voltar à sala”, logo, pergunta, se, os deputados que abandonam as Assembleias Municipais têm direito ao pagamento de senhas de presença? (áudio 1.45.52 e 1.47.50 minutos da gravação).

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, respondeu que ao se ausentarem, tem falta e, não se apaga a senha de presença.

Neste ponto, inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores(as) Deputados(as): ----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse que se está no início do Verão e da época balnear, pelo que, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, se acha que Vila Praia de Âncora está no seu esplendor, para receber os milhares de visitantes que os procuram, assim como os emigrantes e os que vivem diariamente na freguesia? Disse ainda, que estão a poucos dias da data do centenário da elevação da antiga aldeia de Gontinhães a Vila Praia de Âncora, e os espaços verdes encontram-se cheios de ervas, não esquecendo os parques infantis públicos que merecem uma rápida intervenção...) (áudio 1.49.10 e 1.51.36 minutos da gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, apresentou vários slides a destacar os Caminhos de Santiagos, chamando para atenção do estado em que se encontram, ou seja, cheios de ervas, as sinaléticas existentes por vezes existem setas trocadas e também sobre os operadores de transporte marítimo, que alguns não possuem um ancoradouro para os peregrinos poderem embarcar e desembarcar em segurança, pelo que, pergunta ao Senhor Presidente se teve a preocupação de saber junto da Capitania se eles estão a operar legalmente? Podendo esta não ser uma competência da Câmara, mas, os peregrinos vêm para cá com a sensação e com a certeza de que o ferry está a funcionar. Pergunta ainda, o que se fez para dinamizar o potencial cultural e turístico das peregrinações? Que produtos estratégicos foram desenvolvidos? Que projeto de natureza cultural, ambiental e turística foi concebido e implementado?

Para terminar, perguntou ainda o Senhor Deputado quanto ao Plano de Ação Climática, das 31 medidas de mitigação para este ano, quantas já estão implementadas? Relativamente ao Plano Municipal de Defesa Contra Incêndios o plano desde 22 de agosto de 2021, continua por aprovar. Relativamente ao Plano de Promoção e Acessibilidades do Concelho, para quando a implementação? Relativamente às cadeirinhas nos transportes escolares, pergunta se existe algum desenvolvimento sobre essa matéria e se já há um vigilante? Relativamente ao plano de esterilização dos gatos, qual é o ponto de situação? **(áudio 1.51.52 e 1.56.15 minutos da gravação).** -----

A **Senhora Deputada Renata Monteiro**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse que no passado dia 23 de maio, o Município de Caminha promoveu de forma totalmente gratuita para todos os participantes, o encontro 65 mais, que juntou mais de 1000 caminhenses seniores, numa jornada de encontro, de convívio e de lazer, mas, o trabalho do Município de Caminha junto das IPSS, com intervenção, cuidado e acompanhamento dos idosos, é conhecido e notório, contudo, existem ainda outros projetos e programas a decorrer em prol da comunidade mais envelhecida, como os programas de ginástica nas IPSS, o 65+ Ativ-Idade ou Olympics 4ALL é um programa mais recente, com jornadas de



Assembleia Municipal de Caminha

competição saudável em atividades para a população com mais de 60 anos, que promove o intercâmbio e encontro entre vários Concelhos e até além-fronteiras.

Para terminar, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara se existe alguma estratégia, algum plano, algum projeto próximo que devem ter conhecimento e no qual se possam envolver em prol da Comunidade Sénior do Concelho. **(áudio 1.56.30 e 1.58.16 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abílio Cerqueira**, disse que o Bloco de Esquerda solicitou à Câmara Municipal através da mesa da Assembleia Municipal no passado dia 09, informações de carácter urgente, a 12 questões simples, como, por exemplo, quantos assistentes operacionais existem na escola C+S de Caminha? mas, lamentavelmente, ainda não se obteve nenhuma resposta, sendo o assunto de carácter urgente, uma vez que se pretende esclarecer aspetos relacionados com a organização da vida escolar da nossa comunidade, designadamente aspetos relacionados com a segurança dos alunos, especialmente depois das notícias de uma ocorrência relacionada com um episódio em que teria havido um ato de violência envolvendo alunos daquela escola...)

Disse ainda que as 12 questões colocadas pretendiam obter uma informação que julgam necessária para se poder contribuir construtivamente para soluções que evitem que se repitam acontecimentos daquela índole. ...) **(áudio 1.58.33 e 2.02.04 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, começou a sua intervenção dirigindo-se à empresa ADAM e disse que o avolumar de incumprimentos do que é exemplo, a reposição tardia de pavimentos afetados pelas avarias e resoluções das mesmas, prova que a empresa ADAM é ágil na arrecadação de lucros, mas, muito pouco eficiente na gestão de custos necessários à melhoria da qualidade de vida das populações servidas e afetadas pela própria ADAM. Porém, Vila Nova de Cerveira e Valença conscientes da contestação, arrepiam caminho para corrigir o erro, e falo assumindo o abuso do clausulado, tal como a CDU desde 2018, vinha avisando, e procura impedir os municípios de decidirem ficar numa empresa na qual são apenas predadores aliados de predadores, dos recursos da vida, dos auto minhotos levados a esta situação pelos políticos do PS, do PSD e CDS que elegeram....logo, com a



Assembleia Municipal de Caminha

concretização da intenção dos municípios de Vila Nova de Cerveira e de Valença, o Alto Minho ficará dividido a meio, logo, cabe perguntar ao Senhor Presidente em que metade quer colocar os munícipes do Concelho de Caminha, na metade que lhe dá o poder de decisão e de se associar aos municípios que entender nos ganhos de escala que precisar? Ou, na metade monopolista que acumula lucros extraordinários à custa dos trabalhadores e do povo do Concelho de Caminha.

Disse ainda o Senhor Deputado, quanto à iluminação, que é uma prioridade que mereceu até inscrição no Plano de Ação Climática, recentemente aprovado, persistindo muitos exemplos de reparações reiteradas que não resolvem os problemas, indiciando outras necessidades de intervenção, pelo que, questiona o Senhor Presidente sobre a existência ou não de um Plano de Modernização do Sistema de Iluminação Pública, que dê resposta às necessidades das populações e acautele as prioridades inscritas nesse mesmo Plano de Ação Climática?

Relativamente à Avenida Doutor Ramos Pereira, em Vila Praia de Âncora, disse ao Senhor Presidente, que é mais 1 ano perdido, mais uma oportunidade de corrigir o erro do PSD, que limitou o uso pedonal do passeio poente e que o PS incrementou a maior redução do passeio a nascente, está difícil entender como poderá a Câmara resolver os problemas de mobilidade para as pessoas com mobilidade reduzida quando não consegue sequer salvaguardar a fruição de peões na Avenida Doutor Ramos Pereira.

Quanto à EN13, perguntou se há alguma ação que lhes possa relatar, alguma iniciativa que leva à urbanização desta EN13, particularmente no atravessamento de Vila Praia de Âncora? (**áudio 2.02.16 e 2.08.43 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, disse que o tema que hoje leva é de extrema importância no nosso Concelho, sobre as forças vivas que são representadas através das associações, comissões de festas, pois, são entidades que desempenham um papel crucial naquilo que é o fortalecimento da nossa comunidade, promovendo atividades desportivas, culturais, e sobretudo envolvendo os nossos jovens em diversas iniciativas, logo, as associações e comissões de festas são a alma do nosso Concelho, elas não apenas organizam eventos que trazem alegria e entretenimento, mas, também fortalecem laços sociais, promovendo a união entre habitantes do



Assembleia Municipal de Caminha

Concelho, que são fundamentais para a construção de uma comunidade mais coesa e solidária...) -----

Para terminar, disse que estas organizações impõem também um papel fundamental na promoção da inclusão e da participação cívica, envolvem pessoas de todas as idades, origens nas suas atividades, ajudam a construir uma sociedade mais justa, igualitária, onde todos são valorizados. Logo, é imperativo que se continue a apoiar e valorizar tudo que são as nossas associações e comissões de festas, porque, o trabalho que realizam é inestimável e o impacto que tem nas nossas vidas é profundo, elas são as forças vivas do Concelho de Caminha, elas são a expressão mais pura do espírito comunitário, da solidariedade e da criatividade dos nossos cidadãos, valorizando o seu contributo para o bem-estar e desenvolvimento do nosso Concelho. (áudio 2.09.00 e 2.13.36 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que a Câmara Municipal assinou um contrato para a execução de obra, na Rua São João, em Caminha, a decorrer no prazo de execução de 60 dias, que irá decorrer entre julho, agosto ou setembro, contudo, recorda o calvário que foi a obra da Rua de São João, aquando da Requalificação do Centro Histórico de Caminha, e que resultou em pedras soltas, constantes acidentes nos famosos pilaretes, levando a várias chamadas de atenção dos Vereadores da OCP, de vários cidadãos, nomeadamente, de mobilidade reduzida e de dificuldades na visuais, o que levou a promessas de resolução deste assunto por parte do Senhor Presidente da Junta de Caminha/Vilarelho... Ora, o Senhor Presidente da Câmara assinou agora um contrato no valor de 60 000,00€, para a reparação dessa rua, pelo que, pergunta, não será defeito de conceção do Projetista, ao ter colocado umas pedras que não aguentavam o trânsito? Esta reparação do lajeado da Rua São João terá de ser realizado pela Câmara, à custa dos contribuintes Caminhenses e não devido a um erro de projeto? Ou seja, esta foi uma obra mal projetada, e agora vão ser os mesmos de sempre a pagar as contas de todas estas más opções, afinal a OCP tinha razão.

Relativamente ao Triatlo Longo de Caminha, disse que no orçamento que foi aprovado ou tinha uma previsão de 50 100,00€, sendo que para o Triatlo Longo de Caminha 30 500,00€, para o Sunset 14 500,00€ e para a São Silvestre 6 100,00€, ora, com todos os outros apoios que estão mencionados, como pagamento de serviços de



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

policiamento, pagamento de apoio médico e etc. e uma vez que a Associação recebe por participante em média 50,00€, a OCP pergunta ao Senhor Presidente da Câmara quanto pagou por tudo isto? E, como a Câmara controla a passagem de dinheiros públicos para uma Associação de muito poucos associados? (**áudio 2.14.20 e 2.19.46 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Deputado se conhece a intervenção que agora vai ser feita na Praça Conselheiro Silva Torres? Se, reconhece que a existência de uma nova passadeira e a existência de piso detetável por pessoas invisuais, vai ao encontro das reivindicações que ali foram colocadas? Se, reconhece que estas questões que estão a ser corrigidas vão melhorar a acessibilidade, que ali foram prometidas? (**áudio 2.20.14 e 2.24.58 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Deputado, se sabe quanto é o custo de uma prova de triatlo desta dimensão Internacional? (**áudio 2.21.20 e 2.22.20 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa ao abrigo do Regimento, e disse que o tempo do pedido de esclarecimentos e o tempo de respostas não se concentra no tempo da hora de intervenção, e como o Senhor Presidente da Mesa disse que já tinha esgotado todo o tempo concedido e que os Senhores Deputados não têm 3 minutos para responder aos pedidos de esclarecimentos, fez um requerimento à mesa para colocar à consideração do plenário. (**áudio 2.22.29 e 2.23.57 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, colocou à consideração do plenário o requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Jorge Nande, o qual foi aceite por unanimidade. (**áudio 2.24.18 e 2.30.16 minutos da gravação**). -----



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Jorge Nande'.

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse ao Senhor Presidente da Junta de Caminha/Vilarelho que, dada a emergência da situação, tudo o que foi feito e vai ser feito é bem feito, mas, não retira uma palavra daquilo que ali disse, vem tarde, e vão ser os caminhenses mais uma vez responsabilizados pelo pagamento de obras mal planeadas.

Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado Hugo Martins, disse que não sabe quanto custou, por isso, é que está a perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, para saber se todo o dinheiro que se dá é utilizado para a prova...) (**áudio 2.30.34 e 2.33.16 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, disse ao Senhor Deputado Abilio Cerqueira, quanto ao requerimento que ali referiu, que deu entrada no dia 9 de maio, foi encaminhado pelo Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, para a Câmara Municipal e a Câmara Municipal respondeu e foi remetido ao Senhor Deputado no dia 24 de maio.

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Lages**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse quanto à intervenção do Senhor Deputado Abilio Cerqueira aquilo que já ali tinha referido o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no entanto, também disse ao Senhor Deputado que não pode compactuar com uma afirmação feita por ele, ao referir que Caminha é como um país do Terceiro Mundo, ora, não pode permitir essa afirmação, não é verdade, e fica triste por ouvir um Deputado Municipal eleito que defende o Concelho de Caminha ter uma afirmação assim nos dias de hoje.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, disse que o Senhor Presidente da Junta não raras as vezes ali na Assembleia Municipal levanta as questões que entende pertinentes, mas, faz sempre querer que em Vila Praia de Âncora nada é feito por parte da Câmara Municipal, ora, O Senhor Presidente tem trabalhado em conjunto com a Câmara Municipal, sabe que isso não é verdade, porque, quando fala na limpeza da EN13 por parte da Suma, está contratualizada essa intervenção três vezes por ano e o Município vai continuar a fazer essa intervenção. Quanto ao parque infantil Ramos Pereira, disse o Senhor Presidente que foi lançado o concurso público para a adjudicação dessa requalificação, aguarda que as propostas



Assembleia Municipal de Caminha

sejam favoráveis para a execução desse parque infantil e de outros parques infantis no Concelho. No entanto, não pode deixar ali de fazer referência a algumas intervenções feitas pela Câmara Municipal em Vila Praia de Âncora, como por exemplo, na Rua da Retorta, na Rua do Bulhente, uma intervenção de 142 000,00€, está a decorrer a recuperação e valorização do Forte da Lagarteira, um ex-libris do território de Vila Praia de Âncora, uma empreitada de 255 000,00, o prolongamento do arruamento e a extensão de águas residuais na Rua Francisco Rego e na Rua do Rego, uma empreitada de 45 000,00€, a pintura e sinalização da Rua Mesquita da Silva e sua envolvente uma empreitada de 28 000,00€, só estas intervenções ronda os 470 000,00€ em Vila Praia de Âncora não falando como é óbvio daquelas duas grandes obras que foi a ampliação da Escola Básica e Secundária e a Sede da Academia de Música Fernandes Fão que foi um investimento em Vila Praia de Âncora de 2 500 000.00€ e outras como por exemplo o apoio que é feito na área cultural e recreativa, nas associações locais de Vila Praia de Âncora, onde se está a falar num investimento de 60 000,00€ para as coletividades em Vila Praia de Âncora ...) -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Luis Alexandre, disse o Senhor Presidente que os Caminhos de Santiago são fundamentais para o Concelho de Caminha, sabe que é novo impulso que tem vindo a surgir cada vez mais com mais força, no entanto, há coisas a melhorar, existem sinalizações postas de forma abusiva, é já uma preocupação da Câmara Municipal a algum tempo, mas, também uma preocupação do ICNF, que vê na Mata Nacional do Camarido, colocação de sinalização que não corresponde à real.

Relativamente ao Plano de Ação Climática, disse o Senhor Presidente que já existem várias medidas implementadas, como por exemplo, a recolha de rolhas de cortiça nos estabelecimentos comerciais, numa parceria entre a Corema, a Quercus e a Câmara Municipal, a renovação da frota da Câmara Municipal por veículos elétricos entre outras...) -----

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse o Senhor Presidente que as Águas do Alto Minho, é uma empresa pública, 100% capitais públicos, Águas de Portugal e os Municípios aderentes, e aquilo que atualmente se tem ouvido falar por parte do Município de Valença e de Cerveira não é a saída desses Municípios da ADAM, é a questão de explicar ou tentar modificar a tal cláusula que referiu a qual colocava segundo parte da doutrina, o entendimento que



Assembleia Municipal de Caminha

seria ali um pacto leonino que não poderia sair da ADAM os municípios, não estando em causa a saída efetiva desses municípios.

Relativamente à iluminação pública, disse o Senhor Presidente que é uma preocupação do Município, já tem estado no terreno com vários Presidentes de Junta e a E-Redes, no sentido de melhorar esse problema.

Relativamente à opção gestonária, disse o Senhor Presidente que este ano vai ser executada, após o fecho do SIADAP. Contudo, aproveita para informar que foi assinado um o acordo coletivo de trabalho entre a Câmara Municipal de Caminha, o Stal, o Sisterp, Sintap e STCPF.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Jorge Nande, disse o Senhor Presidente que fez ali duas referências que não correspondem de todo à verdade, ora, a obra da Rua de São João custou apenas os 389 717,00€ e não teve 2 anos a rua parada, a execução da obra foi pouco mais de 200 dias, no entanto, já foram obras realizadas como a Rua da Corredoura que após a sua finalização já teve duas intervenções para retificações, assim como, a Praça da República em Vila Praia de Âncora, há sempre ajustes a fazer.

Quanto ao Triatlo, disse o Senhor Presidente que ainda não consegue perceber qual é a posição do PSD relativamente às associações locais? Porque, aquilo que estava ali a ler é um protocolo aprovado em reunião de Câmara, onde se entregue o subsídio e descrimina aquilo que são as obrigações da Câmara Municipal relativamente a esse mesmo protocolo, sendo esta uma associação que trabalha com a Câmara Municipal de Caminha, que promove o nosso território e a atividade física...) **(áudio 2.34.52 e 2.46.33 minutos da gravação).** -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se tem passado pelas áreas que ele frisou na intervenção, porque existem áreas que a erva tem mais de 1,5m de altura. **(áudio 2.46.51 e 2.47.12 minutos da gravação).** -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Lages, respondeu que passou e passa em Vila Praia de Âncora, vê aquilo que ele vê como Presidente da Junta, mas,



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Assembleia Municipal de Caminha

também como encarregado da Câmara Municipal de Caminha. (áudio 2.47.20 e 2.47.30 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se é importante corrigir o que está errado? Porque é que a maioria Socialista na Câmara Municipal de Caminha, chumbou a proposta dos Vereadores da OCP para a colocação do piso pedo tátil e a retirada dos mecos? Disse ainda que, ninguém está contra as instituições e coletividades, não é isso que está ali em causa, aquilo que ali está em causa é que o Município de Caminha, que se diz com contas tão apertadas com tanta dificuldade e, é tão transparente esta parceria, pergunta, o porquê, da sua reticência em colocar os valores finais? (áudio 2.47.40 e 2.49.07 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Lages**, respondeu que não se podem retirar os mecos só por retirar, é necessário ter opinião técnica de o que fazer, como fazer, como a colocação da nova passadeira, qual é era o melhor enquadramento, que tipo de piso é que se devia colocar, ora, já se tem essa indicação por parte do técnico, a obra vai ser executada. (áudio 2.49.40 e 2.50.16 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, o porquê de ter chumbado a proposta, a qual podiam aceitar e a partir desse momento, pediam esses pareceres técnicos, porque ninguém pede um parecer técnico sem tomar uma decisão. (áudio 2.49.40 e 2.50.47 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Lages**, respondeu que o executivo para tomar decisões, tem que as tomar na base da opinião técnica, não é a livre-arbítrio, logo, após a opinião técnica validada, executa-se. (áudio 2.50.53 e 2.51.19 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se confunde aprovar uma medida com a aplicação da



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

medida, tendo que estudar as condições técnicas, ora, porque é que não aprovou? Se, foi por ser uma proposta da oposição? Se, há erro de projeto, porque não responsabiliza o projetista?

Quanto ao Triatlo, pergunta, quanto custa tudo o que está no protocolo da Câmara Municipal de Caminha, relativamente às 2 provas que já realizou? Que controlo é que a Câmara Municipal de Caminha tem sobre o dinheiro público que transfere para qualquer associação? (áudio 2.51.50 e 2.54.12 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Lages**, respondeu que nada é escondido, tudo é escrutinado, como por exemplo, pode verificar na última prestação de contas, a qual refere item por item, quanto é que custaram todos os eventos da Câmara Municipal de Caminha, todo o dinheiro que foi investido por parte da Câmara Municipal de Caminha quer no associativismo, quer na cultura e etc., porém, só ainda não percebeu qual é o fito sobre esta associação em concreto. (áudio 2.54.19 e 2.55.05 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se não consegue perceber que não lhe está a perguntar da Prestação de Contas de 2023 e de todas as associações, apenas lhe está a perguntar de duas atividades desenvolvidas no ano de 2024, já encerradas. (áudio 2.55.22 e 2.56.11 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Deputado, se, referiu ali que não faz ideia quem é a Associação do Triatlo Longo Caminha. (áudio 2.56.40 e 2.56.56 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Lages**, respondeu que existe um valor financeiro que está associado e que faz parte do protocolo, como esse clausulado todo que está em dúvida. O que está em causa? 12 000,00€. (áudio 2.57.02 e 2.57.23 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um pedido de esclarecimento e disse ao Senhor Presidente da Câmara, que a CDU entende que deve ficar bem clara



Handwritten signatures in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

a posição dele quanto à ADAM, ora, o que está em causa é a interposição de um processo que torna nula uma cláusula, que faz depender a saída de qualquer sócio desta empresa ADAM dos restantes sócios, uma cláusula que visa prender todos os integrantes desta mesma empresa, pelo que, pergunta, se alguém interpõe um processo para tornar nula esta cláusula para continuar na ADAM? É isso, que o senhor está a dizer? Ora, se não é isso que disse, pergunta ainda, o que prende o Município de Caminha de forma tão expressiva a um núcleo ferroso, que lhes retirou tudo, inclusivamente o know-how que se tinha e a capacidade de resposta na gestão da água do município. **(áudio 2.57.40 e 3.00.37 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Lages**, respondeu que só há uma coisa que o prende como um íman é o trabalho em prol da população do Concelho de Caminha. Porém, aquilo que afirmou não foi o que ele disse, aquilo que ele disse, foi a ação intentada, não é para os municípios se desvincularem, o objeto da ação, não é esse, o objeto da ação é a reversão da cláusula, que são coisas distintas...) **(áudio 3.00.42 e 3.01.34 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se está disponível a acompanhar os Municípios de Valença e Vila Nova de Cerveira no mesmo processo? **(áudio 3.01.38 e 3.01.45 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Lages**, respondeu que, está a decorrer uma ação em Tribunal para ver se a cláusula se é ou não abusiva. É abusiva, não faz sentido estar não sendo abusiva é uma cláusula que vigora no espaço, no tempo e na Lei. **(áudio 3.01.54 e 3.02.10 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se o Tribunal disser que é abusiva e houver a possibilidade de sair; sai, ou não, se ainda estiver sentado na cadeira de poder? **(áudio 3.02.21 e 3.02.56 minutos da gravação).** -----



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Lages**, respondeu que, o Senhor Deputado não entendeu o objeto da ação, não é, se sai, ou, se entra, é saber se a cláusula é abusiva ou não. **(áudio 3.02.59 e 3.03.07 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se for considerada abusiva e houver a possibilidade de sair da ADAM e o Município de Valença e Vila Nova de Cerveira sair da ADAM, se a Câmara Municipal de Caminha sai, se ainda estiver sentado na cadeira de poder? **(áudio 3.03.13 e 3.03.46 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Lages**, respondeu que, com toda a certeza, não estarão.

4.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – **Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

Neste ponto, inscreveu-se e usou da palavra o **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que tem uma só pergunta para fazer, que se prende com a boa-fé e a seriedade das entidades públicas, porque surge ali uma informação da existência de um processo que juridicamente é errada com o n.º 987/06.0 BEBRG-B, em que o autor é a Socinimo – Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A., e o réu o Município de Caminha e o Senhor Advogado que presta esta informação, refere que a autora intentou uma execução de sentença e realmente o processo é a letra B, logo, se autor intentou uma execução de sentença, não se tem um processo nem com autor, nem réu, já se tem um processo com exequente e com executado, e a ser assim o executado, parece ser o Município de Caminha, sendo que o Código de Processos nos Tribunais Administrativos admite que após a sentença condenatória, as entidades públicas têm 30 dias úteis o que dá 60 dias, para proceder ao pagamento em que foram condenados voluntariamente. Refere ainda, uma outra norma, Código de Processo dos Tribunais Administrativos determina que se passado o prazo de pagamento voluntário, a entidade pública não for executada no prazo de 1 ano a



Assembleia Municipal de Caminha

dívida deixa de ser cobrada mesmo coercivamente. Pergunta, se em abono da seriedade do Município de Caminha se já passou o prazo de 30 dias úteis para proceder ao pagamento voluntário? Se já passou, porque motivo não pagou ou não alinhou um plano de pagamentos com o credor? Se, está à espera que este credor perda o direito de receber a dívida pela via da prescrição, o que nada abona em termos de seriedade de uma entidade pública. **(áudio 3.19.39 e 3.21.54 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, respondeu que, o que não abona nada para uma entidade pública e criar-se este problema de 1 000 000,00€. E, relativamente às questões? Questionará o advogado quanto à parte técnica. **(áudio 3.22.05 e 3.22.19 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que na informação 35 refere o início do Radar Social, que identifica inicialmente como projeto, passando depois a programa com financiamento a 100% no âmbito do PRR, pelo que, solicita que completassem a informação com indicação do valor total do financiamento, que custos elegíveis são assumidos, qual é o período de vigência?...) -----
Quanto à informação financeira disse que existem algumas dúvidas sobre aquilo que é registado o pagamento a 30 dias, e a dívida às Águas do Norte parece ser ali um bom exemplo, porque não aparece apenas agora, sendo esta é uma dívida de cerca de 5 500 000.00€, logo, todos sabem que o pagamento é superior a 30 dias. **(áudio 3.22.30 e 3.24.57 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, respondeu que, o Radar Social é uma candidatura financiada a 100% no valor de 130 385,08€, terá que estar concluída até 31/05/2026, houve a contratação de 2 técnicos superiores, um no âmbito da sociologia e outro no âmbito da gestão que iniciaram as suas funções a 1/06/2024 para a implementação deste projeto.

Relativamente à questão financeira, disse o Senhor Presidente que existe um acordo de pagamento em que o Município cumpre rigorosamente e, ao cumprir rigorosamente o acordo, foi essa a justificação técnica dada pela área financeira para que conste na coluna dos pagamentos a 30 dias. **(áudio 3.25.02 e 3.26.06 minutos da gravação).** --



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que no entendimento da CDU este pagamento mensal de cerca de 30 000,00€, deveria constar da coluna de pagamentos a 30 dias, e o restante para um período superior. (áudio 3.26.15 e 3.26.55 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, respondeu que, os técnicos do município da área financeira deram-lhe esta indicação...) (áudio 3.26.59 e 3.27.25 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa e apresentou um requerimento, e disse, quanto à informação prestada pelo Senhor Advogado da Câmara relativa ao processo 987/06.0 BEBRG-B, porque, chama autor e réu ao exequente e ao executado? perguntou ainda, porque, a Câmara não pagou dentro do prazo estipulado pelo Tribunal?

Relativamente à resposta que deu o Senhor Presidente ao Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, quando refere que vai perguntar aos técnicos da Câmara, o porquê, de ser considerado o valor total da dívida às Águas do Norte na coluna dos 30 dias para pagamento.

Solicita que as respostas lhe sejam fornecidas por escrito. (áudio 3.27.32 e 3.30.14 minutos da gravação). -----

b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 19 de abril 2024

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 19 de abril 2024**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 31 votos a favor, 0 votos contra e 04 abstenções, as quais se devem ao facto de não estarem presentes.



Assembleia Municipal de Caminha

[Handwritten signature in blue ink]

c) – Apreciação e discussão do Relatório da Oposição relativo ao ano 2023

Neste ponto, inscreveu-se e usou da palavra o **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que foi apresentado um relatório de avaliação que formalmente não é mais do que uns gráficos, dizer que o direito da oposição se traduz pela atividade de acompanhamento e fiscalização e de crítica das orientações políticas do órgão executivo, no entanto, deixou de prestar inúmera informação escrita e verbal pedida nesta Assembleia, deixou de responder aos Deputados deste órgão, sobretudo aos da OCP, omitiu aquelas que foram as iniciativas da OCP, nomeadamente uma proposta de recomendação à Câmara para isentar as taxas de urbanização e construção, apresentada na Assembleia Municipal extraordinária de 24 de novembro, e ainda muitas outras como a criação da Comissão Municipal de Acompanhamento da Implantação das Medidas de realização de Intervenções Urbanística, a Comissão Municipal de Trânsito, a Comissão Municipal de Mobilidade e Acessibilidades, a redução da Taxa Variável do IRC, a redução do IMI, a Moção de Alteração dos Regulamentos e Tabelas de Taxas de Construção, a Moção para a Redução em Orçamento de 2024 da Taxa de Resíduos, a apresentação do vários requerimentos para obter informação sobre a atividade que não foram respondidas ao longo do ano, a apresentação de várias interpelações sobre a questão dos contentores da obra do Mercado Municipal, a criação de uma Taxa Social de Água, ora, tinha que ali referir tudo aquilo que foi proposto de acordo com o que a Lei determina. **(áudio 3.33.27 e 3.39.15 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, respondeu que há coisas que não se aprendem na faculdade e uma delas é a boa educação.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se dizer que o Senhor é politicamente um incompetente, que politicamente não sabe o que é que anda a fazer, não tem noção nenhuma do que isto é, e considerar que isto é falta de educação, quando ele está no sítio próprio a dizer olhos nos olhos com todas



Assembleia Municipal de Caminha

as letras, aquilo que acha politicamente sobre o ele. (áudio 3.39.47 e 3.40.15 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, respondeu que o decoro o respeito pelas pessoas e pelo cargo que elas ocupam, não há subterfúgio de palavras “anda a papar soninho”, “isto é um lodo”, mas, sabe quem é que anda sempre no lodo, Senhor Deputado todos sabem. (áudio 3.40.20 e 3.40.39 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que a Câmara Municipal de Caminha tem vindo a melhorar a aplicação do direito de oposição. E, efetivamente, o cumprimento atual está muito longe daquilo que foram outros executivos do passado. No entanto, embora não tenham dúvidas em admitir uma evolução positiva, têm também que reconhecer que ainda não se mostram adequadamente e asseguradas todas as condições de um efetivo cumprimento do direito da oposição, referindo quanto à prestação das informações solicitadas pela oposição, ora, não se pode afirmar que o direito da oposição está a ser adequadamente cumprido quando se demoram meses a responder às questões colocadas pela oposição, e nesse sentido, apela para que o executivo municipal passe a considerar como prioritárias as respostas a ser dadas às solicitações dirigidas pela oposição. (áudio 3.41.06 e 3.44.51 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, respondeu que lhe parece extemporânea a parte inicial da intervenção, a Câmara não demora meses a responder e se calhar estaria subjacente àquele pedido que alegadamente não teria sido respondido, mas, respondeu. No entanto, compreende que há sempre aspetos que possam melhorar, e, define o Estatuto de Direito da Oposição no seu art.º 10, Lei 24/98, de 26 de maio, que “o Governo e os órgãos executivos das Regiões Autónomas e das autarquias locais elaboram, até ao fim de março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente lei”, e aquilo que ali foi apresentado foi o relatório de avaliação e posição enquanto órgão executivo do cumprimento ou não do dispositivo do direito de oposição. (áudio 3.45.04 e 3.46.32 minutos da gravação). ---



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que foi por muita força e por muita insistência da CDU ao longo de todos estes anos, e que recentemente também em abono da verdade, outras forças partidárias se juntaram. Mas que, na verdade, o Estatuto Direito de Oposição começou ali em Caminha, a ser tido em conta. Apesar deste Estatuto ter já 26 anos, ora, o relatório que ali hoje foi apresentado, não revela ainda no entendimento da CDU o cumprimento integral, mas, aponta já caminhos para o seu cumprimento, desde logo no direito à informação...) -----

Disse ainda o Senhor Deputado que importa referir que ao que a CDU diz respeito, o relatório está em condições de ser aprovado, sendo, contudo, importante refletir sobre o que, é mais expressivo em dimensão e em intenção do relatório integrar ali uma grande transcrição do conteúdo legal e muito menos daquela que é a experiência vivida ali no Concelho de Caminha. Esta é a base de crescimento que a CDU se quer comprometer com este executivo camarário e do qual espera melhor resposta da própria Câmara Municipal de Caminha, sobretudo no respeito pelo facto da CDU não estar representada no órgão executivo, que obriga a Câmara a ter uma atenção especial relativamente a esta força partidária e a qualquer outra que não esteja representada no executivo...) (**áudio 3.46.38 e 3.50.17 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, agradeceu as palavras ao Senhor Deputado, mas acima de tudo, a forma verdadeira com que fez a análise relativamente ao documento, porque mais importante que o documento é o espírito daquilo que hoje vivem. E, o Senhor Deputado como o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, sabe, que quando a Câmara tem documentos que são estruturais para o Município, faz sempre questão de depois de estarem aprovados os documentos de os fazer chegar às forças partidárias que não têm assento nesse mesmo órgão. (**áudio 3.50.22 e 3.52.05 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se juntamente ao relatório publicado no site da Município, vai publicar as observações que foram feitas ao relatório pela oposição nesta Assembleia. (**áudio 3.52.18 e 3.52.42 minutos da gravação**). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, respondeu que para isso, servem as atas que são lavradas deste órgão. (áudio 3.52.46 e 3.53.04 minutos da gravação). -

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se lhe compete ou não gerir a página do município? Se, tem alguma dificuldade em mandar transcrever aquilo que ali foi dito que vai constar de uma ata, e passe a constar do sítio onde está o relatório. (áudio 3.53.15 e 3.53.39 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, respondeu que a Lei será escrupulosamente cumprida, como não poderia deixar de ser. (áudio 3.53.44 e 3.53.48 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse que no mínimo sem citar forças políticas, devia constar, como fazem outras câmaras municipais, quantos requerimentos foram apresentados? Quantos foram respondidos? Quantas propostas foram apresentadas? Quantos foram aceites a bem da transparência. (áudio 3.54.01 e 3.56.09 minutos da gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, perguntou ao Senhor Deputado, se tem em seu poder os relatórios de oposição apresentados a esta órgão nos 11 anos em que o PSD esteve no poder? (áudio 3.56.25 e 3.56.49 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, respondeu que vai dar a mesma explicação que deu ao Senhor Presidente de Junta de Caminha/Vilarelho, dizendo aquilo que lhe interessa agora, que é o presente não aquilo que ficou no passado. (áudio 3.57.08 e 3.57.55 minutos da gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, disse ao Senhor Deputado que este relatório pode não estar o mais completo, no entanto, não está a comparar o presente com os erros do passado, porque no passado não havia nada para comparar. (áudio 3.58.09 e 3.58.24 minutos da gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, perguntou à Senhora Deputada se sabe quem falou no Relatório da Oposição, neste mandato, se foi o PS, ou, a OCP. (áudio 3.58.35 e 3.58.50 minutos da gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, respondeu que foi a CDU, aos quais dá a razão, porque, era um documento que estava em falta há muitos anos. (áudio 3.58.59 e 3.59.09 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, perguntou à Senhora Deputada Paula Aldeia se tem boa memória que, neste mandato quem colocou a questão foi ele, como membro do PSD? Se, reconhece que este relatório não está bem feito? (áudio 3.59.25 e 4.00.27 minutos da gravação). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, respondeu que aquilo que ali reconheceu foi que, apesar de haver erros, existe, coisa que no tempo do PSD não existiu. (áudio 3.59.25 e 4.00.27 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, perguntou à Senhora Deputada se sabe quantas forças políticas compõe a OCP? E, referiu ainda que no passado cometeram erros, não existia, porém, não vá ali justificar um relatório fraco com os erros cometidos no passado. (áudio 4.01.35 e 4.02.39 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, perguntou ao Senhor Deputado Ricardo, se aquilo que ali disse foi que no tempo da Doutora Júlia Paula não se cumpria o direito à oposição? (áudio 4.02.57 e 4.03.06 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, respondeu que aquilo que ali disse foi que não havia relatório, não foi que a oposição não tinha outros direitos. (áudio 4.03.30 e 4.04.03 minutos da gravação). -----

d) – Aprovação da Criação da Eurocidade da Foz do Minho



Assembleia Municipal de Caminha

Handwritten signatures in blue ink, including a large 'J' and a circular mark.

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de junho de dois mil e vinte e quatro, relativa à **“Aprovação da Criação da Eurocidade da Foz do Minho”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, pelo que, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Criação da Eurocidade da Foz do Minho”.

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, fez a apresentação da proposta e disse que, em reunião da Câmara Municipal foi aprovada a Constituição de uma Eurocidade que visa concretizar a União entre 3 Municípios, 2 Municípios da Galiza, La Guardia, Rosal e Caminha, que entenderam unir os seus esforços, para poder de uma forma una ter uma posição conjunta sobre este território transfronteiriço.

Disse que tem um rio que os une, todavia, ultimamente os desune fruto do assoreamento do rio, sendo essa uma preocupação conjunta entre os três Municípios, em criar condições para tornar o rio, pelo menos neste estuário da sua Foz, um rio vivo, um rio onde possa haver uma prática de pesca mais efetiva, com mais condições, onde possa haver náutica de recreio, e que permita a ligação entre as 2 margens.

Disse ainda que com a criação desta Eurocidade, vai permitir que haja mais partilha de cultura, de saberes, tradições e identidades, num desiderato comum que é poderem ter nesta pequena área geográfica que pertence a 2 países, que pertence a 2 povos distintos, mas, que se unem pela sua cultura e identidade. **(áudio 4.04.40 e 4.07.34 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, se consegue concretizar a partilha de infraestruturas desportivas e culturais? Quando a população para se deslocar tem que fazer a viagem por Tominho e Cerveira. Como vai resolver este problema da mobilidade dos cidadãos



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

das Eurocidades? Perguntou ainda, se sabe qual é a distinção entre cidades geminadas, que podem partilhar todas estas matérias, mas, não tem proximidade geográfica ou possibilidade de mobilidade dos seus cidadãos, e uma Eurocidade? Ora, parece querer admitir que a Constituição da Eurocidade vai ajudar a fazer uma ponte no Rio Minho. (áudio 4.08.10 e 4.10.02 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, respondeu que não necessita de uma ponte para partilha de equipamentos de infraestruturas públicas, e não são raras as vezes que recebe o Alcalde de La Guardia ou do Rosal, ou vice-versa. (áudio 4.10.07 e 4.10.44 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a CDU conserva sobre esta matéria uma posição de respeito pelas vontades populares de coerência na ação concorrente para a identidade defendida e de congruência com as políticas de coesão e de mobilidade. Sobre as primeiras, estão em crer que não há discussão possível, uma vez que a ligação à outra margem é ancestral impactante na população dos territórios, com marcas expressivas em todo o Concelho e de forma muito particular, em Vila Praia de Âncora, em Caminha, em Seixas e Lanhelas. É por esse motivo que a ação municipal se tem afirmado ao longo do tempo, na aproximação à Guarda e ao Rosal, ficando sempre aquém do esperado, resumindo-se a ações por vezes avulsas, mas buscando sempre, o estreitamento das relações e a manutenção da proximidade institucional e também das próprias populações...) -----

Disse ainda que com a criação da Eurocidade surgiram novas oportunidades, até mesmo de mobilidade, porque não mais modernas e ambientalmente equilibradas, que permitam a fruição natural entre as pessoas, usando o maior universo de disponibilidades e permitindo uma vivência coletiva, logo, este é o caminho que esperam que venha, a ser seguido com a aprovação desta criação da Eurocidade da Foz do Minho...) (áudio 4.11.47 e 4.14.47 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado João Domingues**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse que a criação de Eurocidade entre Caminha, Rosal e La Guardia, territórios vizinhos com quem existe grandes afinidades culturais, históricas, sociais e patrimoniais, logo, o que aqui está em causa



Handwritten signature in blue ink, possibly 'C. Cunha', with a circled 'D' below it.

Assembleia Municipal de Caminha

é a criação de uma ligação com vista ao aproveitamento de incremento de sinergias para, juntos terem mais força quer ao nível negocial, junto dos governos da República Portuguesa e do Estado Espanhol quer em termos de captação de fundos comunitários, quer ainda na partilha de instalações, agendas culturais e desportivas, tudo isto assente na preservação e estimulação dos laços históricos pré-existentes, com vista ao desenvolvimento dos territórios transfronteiriços respetivos, partilhando-se experiências para melhorar o posicionamento e desenvolvimento sustentável do nosso território, com propostas para consolidar cada município como um destino diferenciado. (áudio 4.15.03 e 4.17.53 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, disse que não está contra a criação da Eurocidade, no entanto, uma das suas principais essências é a mobilidade permanente e a partilha de equipamentos. Pergunta, como vai alguém usufruir se para isso tem que percorrer outros Concelhos? Ora, seria bom ponderar uma ligação permanente à outra margem do rio. (áudio 4.18.07 e 4.19.51 minutos da gravação). -

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que a OCP sublinha e assume tudo o que o Senhor Deputado Celestino referiu, nomeadamente, que este acordo transfronteiriço é importante para os três municípios, mas, como também referiu e bem o Senhor Deputado para a concretização deste acordo no seu todo, existe uma barreira física natural, que é o Rio Minho, logo, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara e aos seus congéneres espanhóis como vão ultrapassar este problema geográfico, para que a Eurocidade seja implantada com toda a sua potencialidade neste território, podendo até comprometer a atribuição de fundos comunitários. (áudio 4.23.33 e 4.28.43 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lanhelas, Adolfo Marrocos**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Deputado, se desconhece que na Freguesia de Lanhelas e Seixas existe cais de atracação. (áudio 4.29.02 e 4.29.51 minutos da gravação). -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, respondeu que conhece muito bem as infraestruturas do Rio Minho, da Foz até à barragem, no entanto, disse ao Senhor Presidente de Junta se acha que a mobilidade de uma Eurocidade se resume exclusivamente, às pessoas que passam o rio nos seus barcos particulares no Verão. **(áudio 4.30.44 e 4.32.21 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que a criação da Eurocidade Foz do Minho é importante e aquilo que hoje estão ali a apreciar e a votar é se o Município de Caminha deve manifestar o seu interesse para junto com os outros 2 municípios galegos, constituírem no futuro um grupo de trabalho denominado Eurocidade da Foz do Minho, um organismo sem personalidade jurídica, e não uma verdadeira cidade apesar da denominação, ou seja, é uma espécie de associação, mas, sem o ser em termos jurídicos, sendo, portanto, um grupo que será constituído por elementos dos 3 municípios para levar a cabo iniciativas colaborativas tal como já vem acontecendo, mas, futuramente de uma forma mais intensa e agregadora dos 3 municípios, trazendo benefícios a todos os munícipes, tratando-se de aprofundar as relações já existentes entre os 3 municípios, logo, faz todo o sentido aprofundar este relacionamento e a criação desta entidade colaborativa. **(áudio 4.32.35 e 4.36.41 minutos da gravação).**

O **Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, começou por dizer ao Senhor Presidente da Câmara que ficou muito feliz com o nome Eurocidade da Foz do Minho, e a intenção de Caminha, o Rosal e A Guarda se juntarem numa figura que está estabelecida na legislação Europeia do que é uma Eurocidade e estreitar os seus laços, laços que já são grandes, mas, que podem ficar muito maiores...) -----
Disse ainda que não acha que esta questão mobilidade direta é lateral, porque está perfeitamente assegurada, até porque para aquelas pessoas com menor capacidade económica existem veículos públicos que os podem transportar, no entanto, esta criação da Eurocidade vai dizer ao Governo Português, Espanhol e à União Europeia que se quer ter uma interação maior que têm que resolver esta entupia da mobilidade direta, que passa por se ter condições para um Ferry, trabalhar e dar novamente essa mobilidade direta...) -----



Handwritten signature and initials in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Para terminar disse o Senhor Presidente de Junta que se deve aproveitar estes recursos a fundos INTERREG como já se tem exemplos de cooperação com a Feira do Livro Luso-Galaica e não se devem esquecer que só faz sentido haver uma Eurocidade se houver um grande intercâmbio escolar entre estes 3 municípios e neste momento existe uma entupia legal forte, que ainda não foi ultrapassado noutras Eurocidades e que está a causar alguns problemas, pelo que, gostava que num Regimento específico desta Eurocidade pudesse ficar ultrapassada essa matéria. **(áudio 4.36.52 e 4.41.37 minutos da gravação).** -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 0 votos contra e 12 abstenções.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez declaração de voto em nome da OCP e disse que:

Considerando que é fundamental a essência de uma Eurocidade, a permanente possibilidade de mobilidade entre os diferentes territórios de forma a aprofundar a cooperação transfronteiriça, a integração económica e social, o planeamento conjunto, a participação cidadã, o acesso a serviços públicos, a promoção cultural, entre outras. Considerando que a única forma de ligação à outra margem do Rio Minho é um Ferry que está ao abandono e que o mesmo navegue, não faria a ligação entre as margens 24 sob 24 horas, 7 dias por semana.

Considerando que ao longo do documento não existe uma única referência a uma ligação permanente efetiva entre as 2 margens que sirva a todos.

Considerando que é do entendimento da OCP que sem a possibilidade de uma mobilidade permanente dentro do território da Eurocidade, muitos dos pressupostos das cláusulas segunda e quarta.

Considerando que é do entendimento da OCP que só após haver a garantia de uma ligação permanente entre as 2 margens é que se pode avançar para a criação na totalidade da Eurocidade, os eleitos pela coligação, "O Concelho em Primeiro" votam em abstenção. **(áudio 4.42.49 e 4.44.03 minutos da gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

Handwritten signature in blue ink.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

O **Senhor Presidente da Mesa, Manuel Luís**, antes de passar ao ponto seguinte, perguntou pôs à consideração do plenário a continuidade da sessão da Assembleia uma vez que atingiu as 5 horas conforme prevê a Lei.

Foi aprovada a sua continuidade com 33 votos a favor, 11 votos contra e 1 abstenção.

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, fez declaração de voto, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse que após cuidadosa reflexão e consideração, manifesta o seu voto contra nesta decisão, esta decisão baseia-se na observação da falta de cumprimento dos tempos estabelecidos e do respeito, pela ordem e decore desta Assembleia, acredita firmemente que é essencial se manter a disciplina e o respeito mútuo durante os procedimentos para garantir um debate construtivo e eficaz. Infelizmente, as violações repetidas dessas regras fundamentais minam a integridade e eficiência do processo de decisão. (áudio 4.46.30 e 4.47.17 minutos da gravação). -----

e) – Aprovação do Regulamento Taxa Municipal Turística

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de junho de dois mil e vinte e quatro, relativa à **“Aprovação do Regulamento Taxa Municipal Turística”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento Taxa Municipal Turística”.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, fez a apresentação da proposta e disse que, a aplicação de uma taxa turística no Concelho de Caminha, não é um tema novo ali na Assembleia, foi levantado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caminha/Vilarelho, posteriormente, pela coligação "O Concelho em Primeiro", como sendo uma possibilidade de implementação no nosso território.

Disse ainda que a aplicação desta taxa turística se divide em 2 períodos distintos, de 01 de maio a 30 de setembro e de 01 de outubro a 30 de abril. Ora, no período de maio a setembro aplica-se a cidadãos com idade igual ou superior a 16 anos no máximo de 7 noites seguidas para este período, sendo o valor da taxa 1.50€ e de outubro a abril o valor da taxa será de 1.00€. No entanto, existem uma série de exceções na aplicação desta taxa turística, desde logo, não estão sujeitos à taxa municipal turística os cidadãos com idade inferior a 16 anos; os cidadãos portadores de deficiência com incapacidade igual ou superior a 60% desde que apresentem comprovativo desta condição; antigos combatentes ou viúvas(os) de antigos combatentes, que tenha o cartão de antigo combatente ou de viúva(o), nos termos da Lei 46/2020, de 20 de Agosto e da portaria 210/2020, de 3 de setembro; cidadãos cuja estadia seja motivada por situações de despejo ou situações que impliquem o desalojamento em situações análogas devidamente comprovadas; cidadãos que são temporariamente instalados pelos organismos sociais públicos do Estado e ou municipais em estabelecimentos de alojamento de cariz social ou turístico; cidadãos que se encontrem alojados por expressa determinação de entidades públicas decorrentes de declaração de emergência social ou de proteção civil; cidadãos que, por razões de conflito e deslocados dos seus países de origem, residem temporariamente em Portugal desde que devidamente comprovados pelos serviços responsáveis desse pedido de asilo; cidadãos cuja estadia resulte de Peregrinação, nomeadamente a Santiago de Compostela ou Fátima, devidamente comprovado por credencial, passaporte, documento peregrino na sua primeira noite no Concelho. **(áudio 4.47.28 e 4.50.57 minutos da gravação).** -----

Neste ponto, inscreveu-se e usou da palavra o **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, e disse que a taxa turística aparece em Portugal em 2013, tem sido implementada em muitos municípios. Muitos outros estão a preparar para aprovar esta mesma taxa. Ora, esta taxa tem como objetivo arrecadar fundos que serviram para investir nas



Assembleia Municipal de Caminha

infraestruturas que suportam o turismo. O regulamento que prevê que as verbas arrecadadas devem ser investidas no seu todo, no turismo, para o desenvolvimento económico e social do Concelho. A verba proveniente será um contributo para financiar a manutenção das infraestruturas, na limpeza e manutenção do espaço Público, segurança, entre outras. No entanto, todos devem saber que em Caminha, entre 2013 e 2022, o Concelho passou de 47000 mil dormidas por ano para 117000 mil dormidas, cresceu 250%. Há pouco tempo, o INE divulgou que em 2023, Caminha teve quase 120000 mil dormidas, significa que cresceu mais de 10%, só neste último ano, logo, a economia do Concelho cresce com este setor, e o Concelho de Caminha não é menos que outros municípios, bem pelo contrário, quem nos visita procura a nossa paisagem, as nossas praias, a gastronomia, a cultura e as nossas gentes, e aquilo que vai ser pedido é que o turista dê um pequeno contributo.

Para terminar disse o Senhor Deputado que existem estudos realizados noutros municípios, em que esta taxa não fez diminuir a procura, pelo contrário, continuam a ter cada vez mais visitantes, por isso, sendo setor do turismo importante para a economia do Concelho e tendo os custos aumentado todos os anos, é necessário aprovar esta medida de forma a melhorar as contas do município e não sobrecarregar sempre os mesmos com impostos, logo, contamos, com o voto do PSD nesta matéria, que também sugeriu em anteriores Assembleias, a aprovação da taxa municipal turística. (áudio 4.51.50 e 4.56.34 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, disse que aquilo que se pretende com esta taxa turística, é arrecadar uma receita extraordinária para o Município, e nisso a OCP está de acordo, no entanto, não partilham naquilo que refere o art.º 3, do Regulamento, o qual pressupõe que a taxa arrecadada será uma contrapartida de benefícios elencados nesse artigo que o turista usufrui no Concelho, ora, aquela que foi a génese da OCP na criação desta taxa, era que essa contrapartida fosse para a diminuição da carga fiscal que o Município sujeita as famílias do Concelho...) -----

Para terminar, disse o Senhor Deputado que uma vez que esta taxa vai ser aprovada pelo PS, gostava de apresentar alguns contributos para o regulamento no seu art.º 9, quando refere o pagamento do IVA trimestral, devia ser até ao dia 25; no art.º 10, seria conveniente incluir o endereço para onde enviar a fatura da tal comissão que o Município cobra a taxa, porque nem todos têm software ou meios eletrónicos; deverão



Assembleia Municipal de Caminha

ainda ser organizadas sessões de esclarecimento, e formação aos operadores turísticos; e, nas plataformas de reserva, como acontece noutros municípios, já se devia poder pagar automaticamente esta taxa ao município...) (**áudio 4.56.46 e 5.01.01 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que aparece de repente um regulamento para mais uma receita, no entanto, aquela moção que já foi uma recomendação, aprovada por esta Assembleia, para reduzir os impostos aos jovens até 35 anos, poderem construir sem pagar as licenças, ainda nada foi levado para aprovação...) ---- Disse ainda que a taxa turística também foi uma opção e sugestão da coligação, na qual se encontra um partido, que é o PSD, porém, é preciso ter em conta que o art.º 4, da Lei Geral Tributária, nos seus pressupostos da fixação dos tributos, nomeadamente no n.º 2, da fixação das taxas, só podem existir 3 motivos, prestação de um contrato de serviço; utilização de um concreto bem, e remoção de obstáculos jurídicos, ora, no art.º 3, deste regulamento, está lá um obstáculo jurídico que pode ser impugnado até por uma associação de consumidores, e porquê? Porque, o regulamento refere contrapartida do benefício proporcionado pelo conjunto de recursos turísticos e atividades e investimentos promovidos pelo Município de Caminha; quais são? E, o que é que diferencia a população? Logo, com todas estas reservas, pergunta, quantas pessoas foram ouvidas na consulta pública? como vai ser implementa esta taxa? As empresas vão ter que comprar um software próprio? Como vão dar formação aos empresários? Ou, se já deram formação aos empresários para implementação desta medida? Será que após publicação no Diário da República, não deveria haver um período experimental, e só, desse início em janeiro do próximo ano, para dar tempo aos operadores...) (**áudio 5.01.19 e 5.06.39 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, disse que o Bloco de Esquerda concorda com a criação de uma taxa municipal turística, no entanto, considera-se lamentável que o Município dependa tanto deste setor do turismo e que este seja quase exclusivamente o motor de suporte do Município, sem mais oportunidades, lamentam que se tenha chegado a esta dependência e a este conforto de não fazer mais nada a não ser esmifrar um pouco mais as atividades turísticas, no entanto, a dita taxa municipal turística não é uma taxa turística, é na realidade apenas e tão só uma taxa de



Assembleia Municipal de Caminha

dormida, pois só se aplica a quem dorme no Concelho e não verdadeiramente aos turistas, logo, é injusta, porque uma verdadeira taxa turística aplicar-se-ia sobre todas as valências turísticas e não apenas sobre quem decide dormir no nosso Concelho...) No que se refere às isenções, considera o Bloco de Esquerda que estão incompletas, deveriam contemplar os estudantes que pernoitam no nosso Concelho por motivo de frequência de algum curso, ação de formação ou similar, bem como todo como os participantes em seminários, conferências, eventos similares, artistas e membros de grupos artísticos de qualquer atividade cultural...) **(áudio 5.06.52 e 5.12.58 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que decisão sobre a aplicação da taxa turística não pode ser arbitrária, nem um mero exercício de arrecadação de receita. Para a CDU carece de uma perceção clara de quem é que realmente beneficia com ela, de quem é prejudicado e de quem é, afinal, indiferente à sua aplicação. E, não querendo entrar no clichê das taxas e tachinhas, a verdade é que o povo português está sobrecarregado de encargos com um custo de vida inacessível às massas trabalhadoras que justamente merecem férias e descanso nas nossas paragens, logo, esta taxa para eles pode ser mais um encargo a ter em conta. Por outro lado, parece-lhes estranho que a aplicação da taxa seja cega no sentido da transversalidade dos setores com quem pernoita, como já ficou claro, a estadia em parque de campismo ou em hotel de 4 estrelas, numa Guesthouse ou num alojamento local, a falta de diferenciação, faz com que o impacto seja diferente para cada família. E, se por um lado o turismo é um motor de desenvolvimento, é um elemento essencial à economia local, por outro lado, com esta taxa pretendemos colocar entraves ao seu crescimento, trazendo mais um elemento, na opção pelo Concelho de Caminha como destino de férias...) -----

Para terminar, salienta o Senhor Deputado duas questões, a primeira, a subjetividade do art.º 7, sobretudo na condição de peregrino, a segunda, o impacto que pode vir a ter na tomada de decisão dos turistas. **(áudio 5.13.15 e 5.16.54 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, disse que em setembro do ano passado propôs a introdução desta taxa



celus
t

Assembleia Municipal de Caminha

para o Concelho, assim como está a acontecer em muitos Concelhos do país e também a nível Internacional, o que vai trazer receita para o Município, receita que é necessária para colmatar o desgaste de equipamentos públicos que todos beneficiam. Disse ainda o Senhor Presidente de Junta que esta matéria não vai contribuir negativamente para o turismo que nos visita, porque, todos entendem que esse valor, é um valor residual, e as Freguesias junto à orla marítima sentem bem os benefícios do turismo, mas também sentem bem o peso do turismo nas instalações e equipamentos e, portanto, é necessário que haja algum contributo nessa situação. Para terminar, disse que tinha feito um pedido que não foi contemplado, o qual seria que parte da receita arrecadada fosse também para as freguesias. **(áudio 5.17.04 e 5.20.30 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou, se pede as taxas para as freguesias? Pergunta ainda, o que vai dar às Argas e a Riba de Âncora, porque não tem alojamentos locais ou se tem são residuais comparativamente com as freguesias de Vila Praia de Âncora e de Caminha? E, se reparou que não há um único alojamento com ocupação lotado? **(áudio 5.20.48 e 5.21.27 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha/Vilarelho, Miguel Gonçalves**, respondeu que aquilo que falou para as freguesias, tinha que a ver na proporcionalidade daquilo que está a ser recebido por cada freguesia e já está definido sobre a questão da ocupação. **(áudio 5.21.37 e 5.21.58 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um requerimento à mesa e disse que face à exposição feita pela CDU, Bloco de Esquerda e pela OCP, e atentas as deficiências que se detetaram neste regulamento, propõe, que este assunto seja retirado de agendamento. **(áudio 5.22.33 e 5.22.57 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, propôs para votação o requerimento apresentado pela OCP, o qual foi rejeitado por 22 votos contra e 13 votos a favor.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 19 votos a favor, 13 votos contra e 03 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

f) – Aprovação da Nomeação de Auditor Externo para Certificação de Contas

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de junho de dois mil e vinte e quatro, relativa à “**Aprovação da Nomeação de Auditor Externo para Certificação de Contas**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos do n.º 1 do art.º 77 da lei 73/2013 de 03 de setembro, compete à Assembleia Municipal nomear, sob proposta do órgão executivo, o auditor externo responsável pela Certificação Legal das Contas, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a nomeação da empresa “Noé Gomes & Associado, SROC, Lda. para auditor externo, para os anos de 2024, 2025 e 2026.”

O **Senhor Deputado Luís Alexandre**, disse que a OCP está contra esta nomeação, porque, não é sensato extravasar o período temporal do mandato que acaba em 2025 e, estar incluído o ano de 2026 para este auditor; e também, não é suficientemente rigoroso a fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno de gestão e de auditoria interna; e deveria ser incluído neste ponto o caderno de encargos e os convites efetuados às outras entidades. (áudio 5.35.20 e 5.35.58 minutos da gravação). -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que subscreve tudo que ali referiu o Senhor Deputado Luis Alexandre. No entanto, não percebeu dos documentos enviados, há quantos anos esta sociedade trabalha para o Município, se o rendimento que já obteve



Assembleia Municipal de Caminha

nos últimos 3 anos, se ultrapassou os limites legais previstos no código da contratação pública, e para além dos critérios objetivos, que são os económicos que ali estão plasmados, qual é a fundamentação que permite ao Município contratar a mesma entidade.

Para concluir, disse o Senhor Deputado que não é leal que se assumam contratos para além do mandato, não está instruído este procedimento com o comprovativo de que foram convidadas outras entidades, não está instruído este procedimento com receitas que auferiu esta sociedade nos últimos 3 anos, logo a OCP votará contra este procedimento. (áudio 5.35.20 e 5.35.58 minutos da gravação). -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 14 votos contra e 01 abstenção.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

g) – Aprovação da Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Plurianual de Investimento para inscrição de rubrica e inclusão dos projetos de requalificação dos Centros de Saúde de Caminha e Vila Praia de Âncora

Proposta retirada da ordem de trabalhos.

**h) – Aprovação da Alteração ao Orçamento para Inscrição de Rubrica –
Assembleia Municipal – Ajudas de Custo**

Proposta retirada da ordem de trabalhos.

i) – Aprovação da Retificação da Deliberação da Proposta N.º 4), da Reunião de Câmara, de 20 de setembro de 2023, sobre a não Transferência de Competências



[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten initials 'L' in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

para as Freguesias ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril, na sua redação atual

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de junho de dois mil e vinte e quatro, relativa à **“Aprovação da Retificação da Deliberação da Proposta N.º 4), da Reunião de Câmara, de 20 de setembro de 2023, sobre a não Transferência de Competências para as Freguesias ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril, na sua redação atual”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º 2, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove a “Retificação da Deliberação da Proposta N.º 4), da Reunião de Câmara, de 20 de setembro de 2023, sobre a não Transferência de Competências para as Freguesias ao abrigo do n.º 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei 57/2019 de 30 de abril, na sua redação atual”.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 23 votos a favor, 01 votos contra e 11 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

j) – Aprovação da Alteração do Representante da Associação de Estudantes no Conselho Municipal de Educação do Concelho de Caminha para o mandato 2024 a 2025



[Handwritten signature in blue ink]

Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de cinco de junho de dois mil e vinte e quatro, relativa à **“Aprovação da Alteração do Representante da Associação de Estudantes no Conselho Municipal de Educação do Concelho de Caminha para o mandato 2024 a 2025”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea s), do n.º 1, do art.º 25, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre a nomeação do Conselho Municipal de Educação, pelo que **se propõe** que este órgão deliberativo aprove a alteração nominal da representante da Associação de Estudantes, Maria Eduarda Lima, por Sandro Miguel Araújo Brito, no Conselho Municipal de Educação do Concelho de Caminha para o mandato 2024 a 2025.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 03H45M, do dia 29 de junho de 2024, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Anabela Maria Fernandes da Cruz Pereira Monteiro, funcionária de apoio à Assembleia Municipal, que a lavrei.

O Presidente

[Handwritten signature of Manuel Luis Pires Martins]

(Manuel Luis Pires Martins)

O Primeiro Secretário

[Handwritten signature of João Alberto Silva]

(João Alberto Silva)

A Segunda Secretária



Assembleia Municipal de Caminha

(Sónia Lajoso)

A Funcionária,

(Anabela Pereira Monteiro)